

# Reconstituições da autoria

## *Authorship reconstitutions*

### Janice Caiafa comenta o artigo de Luís Felipe Silveira de Abreu

#### Janice Caiafa

<https://orcid.org/0000-0003-0376-1705>  
[janicecaiafa@gmail.com](mailto:janicecaiafa@gmail.com)

Doutora em Antropologia pela Cornell University e Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É poeta e pesquisadora do CNPq. Suas áreas de atuação incluem Estudos Urbanos, Pesquisa Etnográfica, Teoria da Comunicação, Teoria Antropológica, Sociologia da Inovação e Estudos de Mídia. É autora, entre outros, de *Trilhos da cidade: viajar no metrô do Rio de Janeiro* (7Letras), *Aventura das cidades: ensaios e etnografias* e *Jornadas Urbanas* (Editora FGV). Em poesia publicou, entre outros, *Neve rubra*, *Estúdio* e *Patchwork* (7Letras). Traduziu *Les Roses*, poemas de Rainer Maria Rilke (*As Rosas*, 7Letras).

<http://lattes.cnpq.br/5174499287349022>

A proposta do texto de Luís Felipe Silveira de Abreu é explorar o fenômeno da apropriação na linguagem concentrando-se em práticas contemporâneas e construindo uma perspectiva comunicacional. De fato, com o acesso cada vez maior a uma profusão de conteúdos de variadas procedências, as fronteiras entre a minha voz e as de outros se esfumaçam — permitindo, quem sabe, usos criadores, mas também facilitando capturas que antes seria mais árduo realizar e justificar.

O autor, já de início, deixa ver que não se alinhará com a atitude mais frequente e imediata de celebrar práticas de apropriação, inclusive as que se colocam como artísticas, em nome da libertação das amarras da autoria. Não celebra e não julga, como deve ser a atitude do pesquisador, mas busca explorar os novos efeitos de poder que se produzem.

A apropriação estipularia um “espaço liso”: “[...] com base em uma compreensão da linguagem e da comunicação como espaços lisos, de intenso trânsito sígnico

— espaço aberto a toda sorte de transações”. O termo é acertado, pois quem se apropria precisa criar ou supor um corredor desimpedido para realizar suas capturas, onde possa se colocar imperturbável e, em seguida — acrescento —, assinar ele próprio, criando com seu nome ou sua presença uma marca nesse espaço liso. Dessa forma, estipula-se uma abertura para depois fechar à sua maneira. O autor, parece-me, não está alheio a esse paradoxo, embora o formule de outras maneiras. É assim que diz perceber “um certo ruído” nessa comunicação que tais práticas queriam cristalina, recusando a aceitação dócil (“com tanta docilidade”) dos pressupostos em que se apoiam.

Os problemas que o autor vê e que constituem esse ruído, são relativos, como escreve, à “posse” de textos, mensagens e conteúdos em geral apropriados. Este é, precisamente, um ruído bem audível: o apropriador assina, criando uma estria no espaço desimpedido ao tomar o poder como sujeito da enunciação. Gilles Deleuze (1990) mostrou muito bem como nas sociedades contemporâneas, que ele chama “de controle”, a assinatura — marca do indivíduo integral e coeso que emerge no regime das disciplinas — recua para dar lugar às senhas. De fato, hoje a linguagem digital trabalha com esse tipo de marca e é dessa forma que nos inserimos nas superfícies de inscrição no regime contemporâneo de poder. Não é mais, em grande medida, como indivíduos integrais que somos assujeitados, mas como um feixe de atributos, um conjunto instável de inserções numa superfície multidirecional (Caiafa, 2011). Os espectadores da Netflix não passam de um aglomerado de clicks que vão formando o seu perfil, forjando uma identidade instável — como se passa, de resto, nos repertórios de inscrição na internet em geral. Mas a subversão das identidades duras das disciplinas, impostas pelo poder da norma, não parece ter gerado nenhuma liberdade expressiva, pois o poder

passou a se exercer agora na dispersão e com as aparências da multiplicidade. Se o sujeito das disciplinas em parte se estilhaça, é para fazer emergir sujeitos consumidores como novas formas de personalidade sob o controle do marketing.

Ora, os artistas “não criativos” (“Escrita Não Criativa”, na expressão de Goldsmith, citado no artigo), cujas práticas de apropriação/imitação Luís Felipe de Abreu analisa, não despontam como muito mais do que isso, afinal. O que sua presença acrescenta à profusão de vozes capturadas, que tipo de participação se constrói além de simplesmente recortar um fluxo linguageiro que nós próprios poderíamos experimentar ou recortar sem seu auxílio? Assinatura precária — marca de uma subjetividade inacabada, adaptada, rudimentar, típica do capitalismo flexível e impaciente (Caiafa, 2011) — mas assinatura ainda, aceitando com “posse”, como escreve Abreu, e extraindo daí as esperadas vantagens autorais.

Produz-se uma falsa multiplicidade, como já argumentei no trabalho citado, nessas facetas do múltiplo desenvolvidas pelo poder contemporâneo. O capitalismo precisou contrariar a rigidez prescritiva das disciplinas para se perpetuar, ao mesmo tempo estipulando marcas de uma outra ordem. Se retomarmos a expressão “espaços lisos”, podemos avançar um pouco mais com o auxílio da distinção entre “espaço liso” e “espaço estriado”, como desenvolvem Deleuze e Guattari (1980, p. 592-625). Em contraste com as marcas e os direcionamentos do estriado, o espaço liso é aberto, heterogêneo e multidirecional. Os dois tipos de espaço se produzem associados a diferentes modos de ocupação e ligam-se a certas práticas artísticas, subjetivas, sociais e políticas. Historicamente, o nomadismo, a viagem e as artes ou literaturas revolucionárias ou “menores” produzem espaços lisos. A meu ver, os equívocos nas análises mais entusiasmadas dos supostos desafios das tecnologias digitais e de práticas de vários tipos na situação de supercomunicação que vivemos — como no fenômeno da apropriação — advêm muitas vezes, se quisermos usar a linguagem dos dois autores, de se lançar simplesmente os dois tipos de espaço num plano de simetria ou oposição. Deleuze e Guattari observam que, ainda que haja distinção entre esses tipos de espaço, ocorrem, igualmente, conversões, misturas e passagens constantes de um ao outro. O aberto e o fechado, o múltiplo e o marcado não o são de uma vez por todas.

O espaço liso das apropriações de signos de que trata Luís Felipe Abreu produz constantemente *estrias de autoria* que, mesmo sendo filamentos já desorganizados da assinatura disciplinar, extraem resultados semelhantes. Ocorre, assim, uma confusão entre múltiplo e multiplicidade (Caiafa, 2011) em que se acomodam, precisamente, essas práticas de apropriação. Decorre daí, em parte, a posição paradoxal em que elas próprias se colocam, como

por vezes anunciam: são artísticas, mas não criam nada (“não criativas”). Trata-se de que um espaço liso, como escrevem Deleuze e Guattari, “não basta para nos salvar” (1980, p. 625).

Estas indicações acompanham, a meu ver, a própria análise de Luís Felipe. Por exemplo, ao escrever, em contraposição a Perloff — quando a autora se refere a autores/apropriadores contemporâneos da “poesia na era da mídia” como “gênios não originais” —, que seria preciso notar que “a necessidade de resgate da categoria de gênio demonstra uma latência do encantamento com a criação”. E prossegue: “Embora a matéria desses apropriadores contemporâneos não seja própria, eles mesmos se apresentariam como seus produtores”.

Também me parece bem perspicaz o seguinte trecho, a partir de afirmações de autores/apropriadores que dizem extrair riquezas insuspeitadas dos textos apropriados (Goldsmith) ou “desacorrentar códigos” (Critical Art Ensemble):

*A apropriação, portanto, abjura uma propriedade do texto a ser copiado, mas coloca o texto apropriador — o resultado da deglutição — em posição privilegiada. [...] Ecos de uma posição de ‘gênio’: o plagiador é aquele que viria a salvaguardar uma liberdade de significação. Tomar o discurso de **outrem**, que não tem direito de pertencer a ninguém, para **si**, de modo que ele possa transitar desacorrentado novamente — mas o quão solto está, se passa para si a insígnia de um novo nome, o título de seu **autor-apropriador**?*

Quando evoca o texto de Bakhtin e Volochínov, a análise é particularmente arguta, porque é essencial distinguir entre a perspectiva de uma enunciação coletiva, como estipulam os dois autores, e a disponibilidade generalizada de falas e textos à espera de sujeitos de enunciação. Bakhtin e Volochínov (2002) afirmam que a palavra é sempre fronteira, não integra totalmente o locutor, coloca-se sempre na fronteira com a palavra de outrem e, ainda, se insere numa corrente não linguística de conteúdos sociais não linguageiros. Torna-se crucial considerar que há mais de uma maneira de tratar essa fronteira, entre elas aquela que, sob a capa de celebrar o trânsito da palavra, reconstitui a autoria a seu favor.

Luís Felipe Abreu escreve: “Não é que a linguagem seja de ninguém, como lemos no discurso da reescritura: seu problema reside justo no fato que ela é de todos”.

A enunciação é coletiva não por não importar quem fala em meio a uma loquacidade sem rumo. No mesmo trabalho utilizado por Abreu, Bakhtin e Volochínov reivindicam como faceta central da linguagem a recepção e a transmissão do discurso de outrem. Explorei essas indicações num estudo sobre o texto etnográfico e suas

vozes (Caiafa, 2007). No limite, depreende-se de suas afirmações que sempre estamos, de alguma forma, contando o que nos contaram. O começo da linguagem é sempre a linguagem. Daí não decorre, precisamente, que as enunciações sejam indistinguíveis — afinal, estou sempre acrescentando minha voz à de outrem, mesmo que seja apenas copiando e colando e me orgulhando disso, cabendo analisar em cada caso o tipo de contribuição a esse fluxo ininterrupto de comunicação. Seria preciso distinguir as participações nesse fluxo, as formas como acrescento minha voz à de outros. É, a meu ver, por reconhecer essas especificidades que os autores se estendem copiosamente sobre as mais diferentes modalidades de transmissão do discurso de outrem, sobretudo na literatura russa e na francesa. Destacam, por exemplo, a obra de Dostoiévski e a de La Fontaine, que admiram particularmente por sua habilidade nessa arte quando fazem narrador e personagens trocarem entoações, atualizando formas vigorosas de discurso indireto livre.

A conclusão viável é que a autoria não é nunca plena — o que configura problema particularmente relevante na literatura e nos escritos acadêmicos. Afinal, também nestes últimos não cessamos de dialogar e mostrar as palavras de outros, como se passa com narrador e personagem em contos e romances. Torna-se fundamental que isto não nos exima do cultivo de uma ética nas práticas de citação e diálogo — ao contrário. Nesse processo constante, participamos com a nossa voz, tentamos acrescentar algo a tanto que já foi dito, e a relação com as palavras de outrem é aqui também uma arte e uma ética.

As práticas de apropriação são problema antigo, como Abreu mesmo aponta. É fato, contudo, que os novos regimes discursivos vigentes na comunicação por internet

em seus diversos repertórios provocam uma profusão de discursos e uma grande facilidade para deles dispor. Ora, a arte historicamente maneja seus palimpsestos, seus *patchworks* numa longa tessitura chamada intertextualidade. Mas não nas malhas da disponibilidade, do consumo e das artimanhas de uma pseudorrenúncia às honras do autor.

Walter Benjamin observou, em “O narrador”, que a arte de contar histórias é a arte de contá-las de novo. A força das obras de arte reside muito em suas ressonâncias (Caiafa, 2000), para além do espaço ou momento em que residem ou foram deflagradas, incitando novas experiências (pensamentos, afetos, reescrituras) — num contágio que faz retornar a diferença contra o presente raso do consumo.

## Referências

- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V.N. 2002. *Marxismo e filosofia de linguagem*. São Paulo, Editora Hucitec/Annablume, 196 p.
- BENJAMIN, W. 1993. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, p. 197-221.
- CAIAFA, J. 2007. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 181 p.
- CAIAFA, J. 2011. Aspectos do múltiplo nas sociedades da comunicação. *Revista Contracampo*, (22):130-146. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17214>
- CAIAFA, J. 2000. *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 91 p. (Coleção Conexões).
- DELEUZE, G. 1990. Post-Scriptum sur les sociétés de contrôle. In: *Pourparlers*. Paris, Les Éditions de Minuit, p. 240-247.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1980. *Mille Plateaux*. Paris, Les Éditions de Minuit, 645 p.